

# ORGANIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E O PAPEL DO ESTADO NA CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DO SERTÃO NORDESTINO<sup>1</sup>

## ORGANISATION SOCIAUX ET ÉCONOMIQUES LES PIÈCE L'ÉTAT DE ONE CONFIGURATION TERRITORIAL DE LES ZONE DE LA FRONTIÈRE LE NORDEST

**Silvana Lúcia da Silva Lima**

Dra. em Geografia/UFS e Prof. contratada pela UNEAL

silvana\_geo@yahoo.com.br

sllima.se@hotmail.com

*A produção social da vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção, essas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, político e espiritual. (Karl MARX, 1974)*

### Resumo

Este artigo é um fragmento de uma tese de doutorado e tem por objetivo recuperar e analisar alguns elementos teóricos para o entendimento do processo de (re)configuração territorial no mundo rural nordestino. Parte-se do pressuposto de que a mobilidade do capital e a territorialização dos movimentos sociais no campo são condicionantes centrais deste processo onde, uma análise articulada destes processos permite uma leitura da complexa realidade do mundo rural brasileiro. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica associada à análise das entrevistas e a observação de campo. As diferentes condições produtivas observadas refletem o nível de investimentos tecnológicos, a unidade dialética seleção-exclusão dos espaços e produtores rurais, mas, acima de tudo, evidenciam as contradições inerentes ao desenvolvimento do modo de produção capitalista.

**Palavras-chave:** Produção capitalista do espaço. Reestruturação do espaço rural. Luta de classe. Contradição capital-trabalho. Movimentos sociais.

### Résumé

Cet article est un fragment d'une thèse de doctorat et vise à récupérer et analyser certains éléments théoriques à la compréhension du processus de (re) configuration dans le nord-est du domaine rural. Il est supposé que la mobilité des capitaux et des territoires des mouvements sociaux dans les conditions sur le terrain sont essentiels dans ce processus où, une articuler analyse de ces cas permet une lecture de la réalité complexe de zones rurales du Brésil. La méthodologie utilisée a été de passer en revue la

littérature analyse associés à des entretiens et l'observation de terrain. Différentes conditions observées investissements productifs compte tenu du niveau de la technologie, le lecteur-exclusion dialectique de sélection des espaces et des producteurs ruraux, mais, surtout, mettre en lumière les contradictions inhérentes à l'évolution de la mode de production capitaliste.

**Mots-clé:** Production capitaliste de l'espace. Reestructuration de l'espace rural. Luites des classes. Contratction capital-travail. Mouvements sociaux.

## **Introdução**

O objetivo deste artigo é resgatar alguns elementos teóricos de entendimento do processo de configuração territorial no mundo rural nordestino.

Considera-se como elementos centrais desta configuração a mobilidade do capital e a territorialização dos movimentos sociais, entendendo que, somente uma análise articulada destes processos possibilita o entendimento da complexa realidade do mundo rural brasileiro.

O advento atual do debate a cerca do conceito de espaço rural tem sua razão de ser na própria dinâmica da realidade rural brasileira, onde as mudanças históricas fundamentais são oriundas da reestruturação socioeconômica e produtiva vivenciadas pela sociedade brasileira, decorrentes do movimento geral do capital internacional, alterando substancialmente a relação rural-urbano.

A mobilidade do capital tem impactos distintos sob a sociedade. Ora exige o desenvolvimento de forças produtivas, cobrando uma agropecuária capitalista e moderna; a interiorização das indústrias e dos serviços e provocando flexibilidade na produção, na localização das empresas e dos trabalhadores estabelecendo novas relações de produção. Ora, numa reação política em defesa da própria existência, os trabalhadores rurais pobres fortalecem suas organizações e ampliam o processo de territorialização dos movimentos sociais do campo, mobilizando trabalhadores rurais na luta por terra, por crédito, educação e saúde, por reforma agrária, enfim, por vida digna no campo.

Neste contexto, mobilidade do capital e a territorialização dos movimentos sociais no campo são processos definidores na transformação da realidade rural atual e, portanto, fundamentais para se compreender a condução do debate acerca da

configuração territorial dos espaços rurais, especialmente nos chamados países do sul. Ambos são frutos, direta e indiretamente, da dinâmica capitalista e das políticas públicas governamentais, porém, com propósitos, estruturas e impactos socioterritoriais distintos e diversos, quer seja no mundo rural ou urbano.

Outro aspecto central que perpassa toda a leitura da realidade estudada é a ação do Estado que, historicamente, teve um papel fundamental no surgimento e na condução dos processos anteriormente citados, mediando relações entre as classes sociais, ou seja, entre dominantes e dominados, especialmente a partir do século XX.

Na mediação entre classes sociais oponentes, o Estado entendeu sancionando relações de forças. Neste aspecto, as leituras apontam para um Estado articulado com os grupos hegemônicos e subordinado aos ditames dos donos do capital internacional.

Ao longo da história a classe hegemônica e o Estado têm criado estratégias para que a sociedade, cada vez mais, adapte-se às novas exigências, obrigações e estratégias impostas pelas multinacionais, pelas transnacionais e pelo mercado financeiro.

Como destaca François Chesnais (1996), os verbos *adaptar-se*, bem como o *integrar-se*, são palavras carregadas de ideologia própria da ordem econômica neoliberal. No plano econômico estão associados a uma perspectiva modernizadora da produção. Uma leitura crítica traz implícita a idéia de dominação capitalista sob a totalidade da sociedade e do espaço mundial.

Em nossa verdade, o termo mais adequado seria *subordinar-se* ou *subjugar-se*, dado à lógica modernizadora e contraditória do capitalismo mundial que agrega os produtores ao processo de acumulação de riquezas de forma diferenciada. Alguns são integrados, a grande maioria é subordinada e subjugada aos seus interesses.

Através da elaboração, implantação e acompanhamento de políticas públicas, o Estado é o principal mediador da mobilidade do capital. E, como Karl Marx (1985, p. 262) revelou, o que a mobilidade do capital faz é aprofundar o processo de separação, iniciado na acumulação primitiva, ou seja, “de um lado os possuidores de dinheiro, dos meios de produção e meios de subsistência (...) do outro, trabalhadores livre, vendedores da própria força de trabalho”, criando as condições fundamentais para a reprodução do capital.

A separação não implica num distanciamento, mas na subordinação dos donos da força de trabalho (os trabalhadores) dos donos dos meios de produção (empresários, latifundiários, usineiros etc).

Sobre tais questões, Harvey, em sua obra *Los limites del capitalismo y la teoria marxista*, mostra que o capitalismo subordina as atividades humanas, transforma as relações sociais de forma não uniforme, dita a remodelagem das paisagens e concentra as forças produtivas, reordenando os territórios, integrando espaços e articulando os sistemas mercantis.

O que se observa em escala mundial e regional é o aprofundamento e a complexificação deste processo na cidade e no campo, no rural e no urbano e com ritmos diferenciados.

Ao mover-se no espaço mundial e adentrar-se em espaços rurais previamente selecionados, o capital modernizou os processos produtivos, diversificando os empregos rurais não-agrícolas e, por conseguinte, novas estruturas espaciais (ou vice-versa), estabelecendo novas relações de produção e de poder que, num processo dialético, expulsa e atrai a força de trabalho. Este conjunto de mudanças altera significativamente a estrutura socioespacial do mundo rural.

Canalizando estes olhares para o recorte espacial deste estudo, sobressai-se a preocupação com a análise de como se deu a produção-reprodução do sertão nordestino no contexto do processo de estruturação e reestruturação produtiva regional, de pensar a cerca da natureza de seus movimentos, das suas múltiplas territorialidades olhando sempre para a formação e transformação do espaço rural.

A análise do espaço rural aqui proposta parte da concepção de espaço social a luz da leitura de Milton Santos quando diz que

Se a geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial aliada á sociedade local pode servir como fundamento da compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem (SANTOS, 2005, p. 22).

O espaço rural expressa a unidade e a totalidade das esferas políticas, econômicas, sociais e culturais, transformadas frente ao dinamismo de forças externas (capital internacional) e forças internas (senhores de escravos, coronéis, proprietários dos meios de produção).

Neste resgate, as palavras de Burkharin (apud SANTOS, 2005, p. 25) são reveladoras da leitura teórico-metodológica proposta, por considerar que “uma sociedade existe sempre sob um invólucro histórico determinado. Cada sociedade veste a roupa do seu tempo”. Este pensamento pode ser acrescentado ao de Oliveira (1977, p. 15) quando afirma que “a história não é um trem ferroviário, nem uma conspiração, nem um espelho fixo”, sendo fundamental a análise de suas contradições e rupturas frutos das correlações de forças em cada tempo.

A preocupação neste momento não é resgatar a formação da sociedade em geral, mas a formação socioespacial específica da sociedade sertaneja que nasceu no seio do processo de acumulação primitiva brasileiro, numa região semi-árida e em territórios não selecionados para os investimentos diretos das classes dominantes, ou seja, o escravismo mercantil.

### **Aspectos da acumulação primitiva do capital no Sertão Nordestino**

Em seu texto *A assim chamada acumulação primitiva do capital*, Marx explica que acumulação primitiva “não é o resultado da produção capitalista, mas sim o seu ponto de partida”, conduzida por uma “classe capitalista em formação”. É, pois, o “processo histórico de separação entre produtor e o meio de produção”, como uso de métodos não idílicos (MARX, p. 261-262).

No mesmo texto Marx esclarece ainda que, no processo de formação da classe capitalista, as formas materiais de produção da existência são transformadas mediante a conquista do campo para a agricultura capitalista, implicando na incorporação da base fundiária ao capital e na criação de uma massa de trabalhadores aptos a vender sua força de trabalho, introduzindo uma produção mercantil.

Assim, na gênese histórica do modo capitalista de produção foram construídas as condições econômicas fundamentais para selar o domínio do capital sob o trabalho.

No Nordeste brasileiro, a formação da sua estrutura socioeconômica e da base fundiária (grande e pequena propriedade/latifúndio e minifúndio) esteve associada à doação de sesmarias associadas à abertura de fazendas de criação. Esta atividade agropecuária subjugada à sociedade escravocrata teve um papel determinante na

organização social e espacial, mais do que o sistema de apropriação de terras como veremos mais a frente.

Ainda em relação às sesmarias existem duas abordagens que merecem ser recuperadas: a primeira onde às sesmarias e os engenhos foram “os pilares da antiga sociedade colonial”, caracterizando para seus defensores “a origem do sistema agrário” (GUIMARÃES, 1989, p. 45) e, a leitura em que parte da perspectiva de que os escravos eram as mãos e os pés dos senhores de engenho, baseado em Antonil<sup>2</sup>, sendo a posse de escravos o critério para se ter sesmarias.

Gorender (apud STEDILLE, 2005, p. 185)<sup>3</sup> assevera que os donatários das capitanias hereditárias só eram proprietários de 20% da área de sua capitania, sendo os 80% restantes distribuídos a “título gratuito de sesmaria isentos os beneficiários de qualquer espécie de dependência pessoal” e complementa que, segundo a legislação, o sesmeiro *deveria ter* “a sesmaria povoada e cultivada sob pena de revogação da doação” (p. 187). Contudo, a legislação não era fielmente cumprida.

Desta forma, dentro da produção colonial escravista, a escravidão (enquanto relação social de produção) era o pilar da sociedade colonial e não a propriedade fundiária<sup>4</sup>. É o que apontam Cardoso e Gorender (apud STEDILLE, 2005) e Smitth (1990).

Mesmo sem fazer referência a Gorender e Cardoso, Francisco de Oliveira parece comungar com suas idéias quando diz:

No sertão nordestino a terra não foi se quer apropriada, senão nos estreitos limites das fazendas, sendo o resto um espaço livre, onde o gado de quem quer que fosse podia pastar a vontade [...] os rebanhos eram propriedade privada, e a terra era propriedade de ninguém.  
(OLIVEIRA, 1993, p. 46)

Assim, para os citados autores são as relações de produção estabelecidas pelas atividades econômicas e de subsistência, mais que a apropriação legal da terra, que garantiu a ocupação e povoamento do sertão.

No interior do Nordeste a pecuária fez parte de um projeto político de longo prazo para controlar o território. Com isso, estabeleceu, em relação ao litoral açucareiro, um tipo diferenciado de imóvel fundiário (a fazenda e as pequenas posses) e de relação social de produção.

A força de trabalho nesta economia extensiva passou a ser constituída de homens brancos pobres e mestiços e alguns escravos que produziam para própria subsistência,

usando a força de trabalho familiar. Ao possibilitar a criação da figura do vaqueiro, do arrendatário e dos posseiros, instalou-se um novo regime de trabalho no Brasil, diferente da escravidão, pautado na “inserção de homens livres na ordem escravocrata e a constituição de uma economia semi-camponesa” (OLIVEIRA, 1993, p.46).

Os vaqueiros, homens livres na ordem escravocrata, tiveram um papel importante na formação da estrutura fundiária, econômica e social regional, pois, na medida em que iam adquirindo o seu próprio gado, frutos do sistema de quarta, abriam novos currais chamados dando origem a sítios e fazendas. Estes se tornaram os locais privilegiados da criação do gado e do cultivo de subsistência para o vaqueiro e sua família.

A fazenda era, na perspectiva de Martins (1986, p. 23), “o conjunto dos bens, a riqueza acumulada; significava, sobretudo, os bens produzidos pelo trabalho [e, dentro de sua análise], o trabalho personificado do escravo”. Diferente do sentido que tem hoje, “estava muito próxima da noção de capital (relação social de produção) e muito longe da noção de propriedade fundiária”.

Os trabalhadores que se aglomeravam nas fazendas para participar do processo produtivo construíram suas residências em aglomerações que deram origem às primeiras povoações.

Em todo o interior nordestino elas eram rarefeitas e dispersas e só vieram a ser concentradas espacialmente no século XVIII. A distância entre os centros consumidores e de decisão, as discontinuidades entre as fazendas e as precárias condições de vida, incentivaram a ausência dos proprietários na região, ficando as fazendas e os currais entregues a vaqueiros que, mediante o sistema da quarta, contribuiu para a abertura de novas fazendas fora do controle da Lei de Sesmarias pela Coroa portuguesa.

Esse processo acentuou a associação entre o latifúndio-pecuária e a força de trabalho do vaqueiro, tendo ambos um papel central no processo de ocupação e configuração socioterritorial do sertão nordestino, como afirma Manoel C. de Andrade.

Construíram, assim, os maiores latifúndios do Brasil, tornando-se senhores de uma extensão territorial maior que muitos reinos europeus [...] não foram estes grão-senhores, porém, como querem fazer entender alguns historiadores, os homens fortes da conquista dos nossos sertões. Não enfrentaram o calor e a sede nas caatingas adustas, nem as flechas traiçoeiras dos indígenas, que atacados pelos brancos não tinham para onde recuar [...] essa luta difícil, em meio hostil, contra selvagens belicosos, assim como a defesa das reses deixadas nos currais como verdadeiros marcos do avanço do movimento povoador, eram feitas por vaqueiros, muitas vezes escravos, e

por posseiros que, não dispoendo de prestígio em Salvador, nem das habilidades necessárias para obterem concessões de terras nos meios palacianos, não conseguiam sesmarias. Eram obrigados a colocar-se sob a proteção dos grãos-senhor, não por temer o ataque dos índios, mas para não serem perseguidos pelos poderosos de Salvador (ANDRADE, 1986, p. 148).

De qualquer forma, por permanecer separada dos meios de produção (terra), a força de trabalho (vaqueiro) continuava subordinada aos donos do poder da ordem estabelecida (latifundiário).

Darci Ribeiro, em *O povo brasileiro*, faz outra abordagem desta mesma relação de subordinação. Segundo o autor, as condições de subordinação eram similares ao que existia nos engenhos de açúcar no litoral, muito embora as condições de vida fossem diferentes. O texto que se segue é revelador desta questão:

O criador e vaqueiro se relacionavam como um amo e seus servidores. Enquanto dono e senhor, o proprietário tinha autoridade indiscutida sobre os bens e, às vezes, pretendia tê-la também sobre as vidas e, freqüentemente, sobre as mulheres que lhe apeteassem. Assim, o convívio mais intenso e até a apreciação das qualidades de seus serviçais não aproximava socialmente as duas classes, prevalecendo um distanciamento hierárquico e permitindo arbitrariedades, embora estas estivessem longe de assemelhar-se à brutalidade das relações prevalecentes nas áreas da cultura crioula. O contraste dessa condição com a vida dos engenhos açucareiros devia fazer a criação de gado mais atrativa para os brancos pobres e para os mestiços dos núcleos litorâneos. (RIBEIRO, 1995, p. 343).

No obstante, em qualquer que seja a abordagem, o que se manteve foi o distanciamento social entre dominantes e dominados, fazendo surgir, além dos vaqueiros (e pelos vaqueiros), outros atores sociais sertanejos como os posseiros e os rendeiros.

A vasta literatura confirma a presença relativamente expressiva de posseiros e de rendeiros no sertão nordestino. Nessas terras eles desenvolvem atividades agropecuárias, dedicando-se a criação de pequenos animais (caprinos, ovinos e suínos). Mas, é o cultivo de mandioca, fava, feijão, milho, nas áreas secas e, do arroz, abóbora e banana, - nas terras úmidas, ou melhor, nas várzeas dos rios, que tem possibilitado historicamente, a permanência do homem no sertão, especialmente no semi-árido, por garantir sua alimentação e sua reprodução enquanto ser social.

Um olhar atento para história revela que só aos poucos a região Nordeste foi aprofundando a diversificação na produção e conhecendo a separação entre área de produção (fazenda) e a área de consumo (o povoado e/ou a cidade) possibilitando um movimento populacional de pequenos comerciantes. Os pontos de troca se tornaram,

com o passar do tempo, as sedes distritais como em Nossa Senhora da Glória e de Monte Alegre de Sergipe, Icó no Ceará, Feira de Santana na Bahia e Arapiraca em Alagoas.

Todos os estados do semi-árido nordestino possuem municípios cujos processos de formação socioespacial foram engendrados a partir da segunda década do século XVII quando os viajantes criaram os primeiros ranchos que ao logo do tempo foram transformados em povoações. Estas organizam os seus pontos de trocas de mercadorias, passando a ter nos séculos posteriores, feiras que passaram a ser importantes centros comerciais.

Outras tiveram seu surgimento ao desenvolvimento das atividades de subsistência como a criação de gado e roçado. Muitos núcleos humanos que viviam nos currais e seu entorno, além dos roçados destinados a alimentação familiar, cultivavam o algodão mocó (arbóreo) cuja finalidade era garantir a produção de tecidos grosseiros para alimentar um pequeno comércio local.

No século XVIII, frente às mudanças conjunturais internacionais, a região foi transformada numa importante zona produtora de algodão com ampla aceitação no mercado internacional, particularmente na Inglaterra.

Esta mesma conjuntura impôs novos movimentos ao capital a partir dos efeitos do progresso técnico produzido pela Revolução Industrial inglesa. Neste contexto, a elite brasileira em formação foi criando as condições para o fim do sistema colonial-escravista e abrindo espaço para o desenvolvimento do modo capitalista de produção.

E, assim como em todo o Nordeste do Brasil a expansão do algodão como cultura comercial provocou mudanças substanciais na economia (ampliando o número de unidades produtivas e fomentando um mercado regional), na sociedade (separação entre mercadores e agricultores) e no espaço (desmatamento e surgimento de novas povoações), sem alterar a estrutura fundiária, muito embora tenham surgido mais arrendamentos e posses e, fortalecendo o poder local.

Ao analisar as mudanças citadas, é fundamental resgatar Ariovaldo U. de Oliveira (1998 e 1999) quando trata das transformações territoriais no campo brasileiro. O autor destaca ainda que, na sua expansão ora o capital se territorializa, ora monopoliza o território sem a territorialização. Trazendo esta leitura para a realidade regional daquele

período o que existiu foi o monopólio do território sem a sua territorialização do capital caracterizando uma subsunção formal.

Sobre tal questão, Francisco de Oliveira afirma:

As primeiras décadas deste século vão configurar outro Nordeste, ou outros 'Nordestes. Essas novas configurações estão marcadas sobretudo pela emergência, consolidação e hegemonia de outras formas de produção e conflito de interesses em outros espaços [...] Enquanto o Nordeste 'açucareiro' semiburguês tinha sua expansão cortada pela simbiose dialética da constituição de outra 'região' com o capital internacional, um outro Nordeste emergia gradualmente, submetido e reiterado pelas mesmas leis de determinação de sua relação com o capital internacional: o Nordeste 'algodoeiro-pecuário'. Sem penetrar na esfera da produção, o capital internacional apropriou-se da esfera da circulação, da comercialização. (OLIVEIRA, 1993, p. 34-35).

O capital não entrou na esfera da produção, mas permitiu que o cultivo do algodão continuasse a ser realizado por pequenos produtores proprietários de terra, posseiros e/ou arrendatários, desenvolvendo relações sociais de produção não-capitalistas. Já a sua industrialização, que se achava sob controle de empresas estrangeiras, localizadas principalmente no litoral, proporcionou aumento do trabalho assalariado, ou relações sociais de produção capitalistas, com salários que variavam de acordo com a dinâmica da economia mundial (ANDRADE, 1986, p. 85 e 158).

No âmbito interno as economias locais tinham momentos de crise e crescimento. A então maior região brasileira produtora de algodão, o sertão nordestino, enfrentava os efeitos negativos das secas periódicas, ou seja, a redução nos níveis de produção agrícola. Todavia, a área plantada e a produção cresciam.

Para responder a demanda, na segunda metade do século XIX, muitas fábricas descaroçadeiras de algodão já tinham sido instaladas no Nordeste. Em 1869 Sergipe já possuía 127 máquinas de descaroçar algodão, as quais, associadas à expansão das áreas de cultivo, tinham tanta importância na dinâmica local que muitas das localidades onde elas foram instaladas se transformaram em povoados, a exemplo de Itabaiana e Poço Redondo.

Um exemplo simbólico é o de Nossa Senhora da Glória em Sergipe. Segundo depoimentos de antigos pequenos produtores locais, até a década de 1960 existiam duas descaroçadeiras de algodão, alguns armazéns e uns cinco fazendeiros intermediários que compravam algodão em toda região. O produto era descaroçado no sertão e de lá os fardos de algodão seguiam no lombo dos jumentos até as fábricas localizadas em Neópolis no litoral.

Em toda região Nordeste o controle do processo de produção do algodão no interior da unidade produtiva era feito pela família, mas a circulação era controlada por fazendeiros articulados aos grupos hegemônicos da economia mundial. Os primeiros compravam a matéria-bruta dos pequenos produtores, levava-as para as descaroadadeiras que, após transformá-las em matéria-prima, eram comercializados junto as fábricas de produção de linha e tecidos.

A análise da cadeia produtiva do algodão até meados do século XX no Nordeste brasileiro evidencia três questões que são fundamentais para compreender o processo de estruturação produtiva do espaço regional sertanejo:

1. A distinção entre os espaços da produção agrícola (Agreste e Sertão) e do beneficiamento do algodão (Litoral) produziu uma nítida divisão social e territorial do trabalho, favorável ao litoral;
2. A maior parcela dos lucros obtidos com o beneficiamento do algodão ficou com os manufatureiros do litoral e os comerciantes locais e regionais (fazendeiros intermediários);
3. A renda adquirida pelos agricultores pouco garantia sua subsistência e de sua família.

Esta fase do processo de acumulação seguiu a lógica de reprodução do capitalismo ao produzir “espaços econômico-político-sociais onde o capital comercial comanda as leis da reprodução sem, no entanto, penetrar propriamente na produção”, é o que explica Oliveira (1993, p.29). Isto advém do fato do capital internacional penetrar apenas na esfera da circulação, transformando o fazendeiro num *intermediário comercial*.

A relação entre comerciante intermediário (fazendeiro) e o produtor (pequeno proprietário, meeiro, morador de condição) é reveladora do grau de exploração existente e explica porque, mesmos cultivando um produto de grande aceitação no mercado mundial, a região permaneceu pobre e dependente de apoio externo.

Recorremos a Oliveira (1993) para entender como o fazendeiro participava diretamente do processo de acumulação primitiva. Além de acumular riquezas com o comércio, o beneficiador do algodão - também proprietário das terras arrendadas, se apropria de parte da produção realizada pelo meeiro, mediante partilha, garantindo o *sobre-produto*. Quando os moradores da fazenda pagavam o cambão, se apropriava do

*sobre-trabalho* e, ainda extraia a renda da terra. Era uma forma de apropriação de parte do valor produzido construindo um círculo infernal de submissão.

Essa condição de submissão intensiva não é uma realidade ficou no passado, pois, ainda está presente no interior de muitas fazendas no campo brasileiro (caracterizando hoje, situações análogas a de trabalho escravo)<sup>5</sup>, presentes nos relatos de vida dos trabalhadores rurais sem terra da região.

Como em todo território brasileiro, a estrutura socioeconômica estabelecida seja com a produção do algodão no Nordeste, seja com o café no Sudeste, possibilitou a formação de sociedade marcada por localismos e privatismo. Ao capturar o Estado, a oligarquia agrária (grandes proprietários rurais) exigiu do primeiro maior participação no processo de expansão do capitalismo no campo, cuja preocupação central era dar respostas permanentes as crises garantindo mão-de-obra no circuito mercantil, ampliar às condições materiais objetivas para a apropriação do valor e consagrar a estrutura de propriedade existente.

Considerando o papel do Estado na estruturação socioeconômica e territorial brasileira, Sônia Mendonça (1993) explica que a captura do Estado republicano foi um movimento local-regional mediado pela criação da Sociedade Nacional da Agricultura – SNA e a criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, estabelecendo-se uma “indissociável e contraditória aliança entre grandes proprietários rurais e o Estado”.

Trata-se de um processo em que o Estado começou a participar diretamente do desenvolvimento das forças produtivas, no sentido de modernizar os meios de trabalho<sup>6</sup>.

Com ações públicas de caráter autoritário o Estado fez intervenções no sentido de minimizar a crise na produção algodoeira com vista a manutenção do *status quo*, definindo e implementando projetos como a criação de campos de cooperação e o Serviço de Classificação Interna e Fiscalização do Algodão (1915), articulada pelos produtores nordestinos, fomentando a expansão da cultura algodoeira já que São Paulo se consolidava como importante centro consumidor.

Como foi possível verificar, nos três primeiros séculos de ocupação do Nordeste foram estabelecidas as condições materiais objetivas para os processos expropriatórios mediante a:

- Expropriação das terras indígenas, ignorando sua existência, para atender ao projeto colonizador;

- Inserção de atividades mercantis sem a extinção das atividades de subsistência;
- Separação entre os donos da força de trabalho e os donos dos meios de produção e;
- Compartimentação da terra e a criação das bases da propriedade privada atual.

Tais processos estruturaram novas relações de poder, uma sociedade com características políticas e culturais específicas, mas, orientadas pela mercantilização das atividades produtivas, configurando a atual base territorial estudada.

### **Estruturação da sociedade e das relações de poder no Nordeste sob a mediação direta do Estado.**

Com o gado e o algodão, a oligarquia agrária se fortaleceu e consolidou pelo perfil da estrutura fundiária e econômica que lhe foi imposta. No Nordeste ela formada, por grandes proprietários de terra: usineiros no litoral e pecuaristas no sertão, que passaram a ter domínio político sobre as posses e as pessoas.

O Estado foi, gradativamente, maximizando sua interferência na hierarquização social do espaço agrário, quer criando repartições prestadoras de serviços, pela via da propaganda de inovações técnicas aplicáveis a agricultura, quer pela educação rural (MENDONÇA, 1993). Este processo desencadeia um outro: o fortalecimento mútuo das estruturas de poder local e nacional.

Nesta aliança entre o Estado e a oligarquia agrária, as condições geo-ambientais nordestinas (escassez e a má distribuição de chuvas) que limitava as atividades econômicas rurais no Semi-Árido tornaram-se justificativa para canalizar recursos públicos a serviço da sua manutenção no poder, financiando a construção (ou não) de obras hídricas com objetivos teóricos de combate às secas na região.

Sobre estes argumentos, vultosas somas de recursos públicos foram direcionadas para o Nordeste tendo, em grande parte, o objetivo formal de possibilitar a construção de obras como açudagem, irrigação, construção de poços profundos, abertura de estradas etc., sendo emblemático o trabalho do IOCS – Inspeção de Obras Contra as Secas (1909), transformada posteriormente em IFCOS – Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (1917). Contudo, tais obras, que nem sempre foram realizadas, tendo os

recursos desviados para campanhas políticas ou enriquecimento ilícito dos donos do poder, nunca chegaram a solucionar os problemas nordestinos, mas beneficiaram e valorizaram as terras dos latifundiários e coronéis locais, incentivando o fortalecimento do poder local e o advento do coronelismo. Para Carvalho (1987) o período em que perdurou esta forma de percepção e tratamento dos problemas nordestinos foi chamado de fase hídrica.

De acordo com Oliveira (1993, p. 51) as obras hídricas eram “investimentos que não transformaram as formas dos ciclos produtivos” mas, quando muito garantia a alimentação do gado.

Marcel Burszty (1984) demonstra como o governo central, impossibilitado de enfrentar o crescente poder local, adotou uma política de coexistência pacífica, ou seja, em troca de apoio político fechava os olhos frente às arbitrariedades do poder local, enviava-lhes recursos financeiros e promovia o desenvolvimento do coronelismo. A oligarquia agrária ajudava a fundar e comandar os organismos encarregados em gerenciar os recursos transferidos pelo Estado que, na maioria das vezes, serviram à estruturação das médias e grandes propriedades privadas.

Em sua pesquisa Inaiá de Carvalho (1987, p. 47) também identificou que *essa* “transferência se converteu em um dos pilares da força e do poder político da oligarquia algodoeira-pecuária”, ou seja, dos coronéis.

Não é nosso propósito analisar o coronelismo, mas é oportuno fazer-lhe referência ao contextualizar as transformações ocorridas no Nordeste a época, já que ele teve um papel preponderante na definição das relações sociais de produção, especialmente nas relações de produção não-capitalistas.

O coronelismo, cujo fundamento era o paternalismo como esquema de legitimação do coronel, a consolidação das relações de dependência e subordinação da mão-de-obra e dos eleitores, fez parte de um esquema de controle dos recursos destinados ao “combate às secas”, cristalizando a indústria da seca e o voto de cabresto.

Segundo Francisco Paulino (1992) a estrutura econômica e de poder ao qual ficou submetida a sociedade nordestina neste período permitiu a permanência de relações de produção capitalistas e não capitalistas, próprias dos movimentos contraditórios do sistema.

A continuidade das relações de produção pré-capitalistas e arcaicas afetou negativamente o desenvolvimento da produtividade e da acumulação.

Impediu a destruição do campesinato e a completa formação do proletariado agrícola, freando o desenvolvimento do capitalismo no campo. (PAULINO, 1992, p. 65).

O estabelecimento de relações de produção não-capitalistas mediado pelo processo de acumulação também contribui e, em muitos casos exigiu a reprodução de um conjunto de pequenos e médios produtores rurais pobres ou massa dos excluídos, como se refere José de Souza Martins (1986), produtores de alimentos e matéria-prima. Sobre tal aspecto, Carvalho também faz um destaque.

No Agreste e no Sertão, além do domínio de uma pecuária extensiva, que ocupava grandes extensões de terra e poucos trabalhadores, desenvolveu-se uma agricultura de alimentos para o mercado interno da região e do cultivo do algodão, em pequenas e médias propriedades muitas vezes sob os diversos regimes de parceria ou de arrendamento da terra. (CARVALHO, 1987, p. 48).

Num processo dialético, este conjunto de trabalhadores rurais vai continuar o povoamento da região, migrar para as novas áreas de fronteira agrícola, migrar para os centros urbanos em formação e, enfim, ajudar a formar o exército industrial de reservas.

Paralelo aos fatores relacionados aos movimentos da economia nacional e internacional, vale resgatar aqui um movimento interno da sociedade sertaneja – o cangaço - que deixou marcas profundas na cultura regional.

Para alguns autores o cangaço foi uma reação política ao poderio da aristocracia rural (MARTINS, 1986). Para outros, os cangaceiros eram promotores da desordem que interferiu no processo de decadência da cultura algodoeira.

Avançando a passos largos no processo histórico de configuração territorial e econômica regional do Nordeste e na sua relação com os processos nacionais temos que, paralelamente ao coronelismo, expressão do poder local, o Estado Nacional ia se firmando cada vez mais como centro de decisão e avançando na elaboração de uma nova política econômica.

Segundo Otávio Ianni, a medida em se expandia o capitalismo industrial do Brasil, se fazia uma releitura do Nordeste, interpretando-o como fruto da “*manipulação ideológica dos fenômenos ligados às secas*” e não mais como produto das calamidades naturais. Com isso, outras soluções passam a ser apresentadas para “organizar e fortalecer a economia no sentido de distribuir na região as reservas econômicas” (IANNI, 1989, p. 72).

A expansão capitalista a partir dos anos de 1930 começa um processo de imposição de uma nova matriz produtiva brasileira orientada para a industrialização, mas que só avança no Sudeste, porém fundamentado num discurso em torno da necessidade da gradativa destruição das economias regionais “arcaicas” sem, contudo, destruir sua elite política. Tratava-se de um novo movimento de concentração e centralização do capital liderado pelo centro econômico da época – o estado de São Paulo.

Tratava-se de um padrão de desenvolvimento econômico fundado numa política econômica de cunho nacionalista que impunha ao Brasil as atividades urbano-industriais, orientadas para o mercado interno. Neste contexto, o Nordeste se reafirmava dentro do processo de divisão regional do trabalho como uma região fornecedora de mão-de-obra barata (pelo êxodo rural) e de matéria-prima (algodão), dado o discurso da sua não viabilidade econômica.

O discurso da inviabilidade deu origem, nas Constituições de 1934 e de 1946, a criação de dispositivos constitucionais de combate às secas incidindo sobre a arrecadação tributária, como nos confirma Paulino:

O Governo central tomou algumas medidas, chegando até a incluir dispositivos constitucionais que determinavam a criação de organismos permanentes de defesa contra as estiagens do Nordeste, conseguindo, inclusive, estabelecer um percentual da receita tributária nacional com fim específico de combate as secas. (PAULINO, 1992, p.63).

Tais dispositivos foram excluídos da Constituição Brasileira em 1964, pelo regime militar, antecedidos pela criação de instituições públicas destinadas a pensar o planejamento e conduzir a modernização produtiva no Nordeste. Todavia, a política de modernização produtiva nordestina só se materializou a partir dos anos de 1970.

### **As políticas de desenvolvimento rural e seus impactos na reordenação territorial no Nordeste**

As políticas públicas de desenvolvimento rural implantadas em meados do século XX, passaram a ser instrumentos do Estado na mediação entre as classes sociais identificadas com os processos acima citados. No entanto, historicamente, o Estado

encontra-se mais a serviço da classe dominante do que da classe trabalhadora e, muito menos dos trabalhadores rurais organizados.

No período pós-II guerra mundial o Brasil acelerou o processo de industrialização concentrado no sudeste, em meio aos conflitos e simbioses entre os diferentes setores que passam a compor o quadro, agora mais diversificado, das elites brasileiras. Neste novo quadro socioeconômico, a elite agrária nordestina e sulista passou a dividir a hegemonia com a elite industrial e financeira paulista.

E, para dar cabo do projeto nacional para a região Nordeste foi criado o BNB (1952) e a SUDENE (1959), pautados nas teses cepalino-furtadianas. Do ponto de vista das políticas públicas aprovadas, no seu conjunto, elas visam o desenvolvimento regional e a redução das disparidades regionais mediante a criação e ampliação do mercado interno.

Numa análise crítica, ao compararmos as metas das políticas com os dados da realidade objetiva, o que tivemos foi a manutenção do *status quo* e a consolidação do processo de internacionalização da economia brasileira, tendo como eixos de ação a industrialização, a modernização da agropecuária, sendo que, o centro de suas ações permaneceria associado a obras hídricas.

Bursztyn (1984) explica que até os anos de 1960 o alvo prioritário das políticas públicas para o Nordeste era a agricultura, com volumosos recursos destinados à expansão das culturas permanentes. Depois de 1964 verifica-se uma inversão sendo privilegiado a pecuária que se transformou na atividade central do sertão nordestino.

Nesta época, o Sudeste transformou-se em grande produtor de algodão e cana-de-açúcar para suas indústrias, produtos outrora fornecidos pelo Nordeste, concorrendo para o desmonte da economia local agro exportadora, provocando a falência das suas fábricas pela falta de competitividade e pela invasão de produtos agrícolas oriundos do Sul e Sudeste.

Na década anterior e também nos anos de 1960 a agricultura brasileira passou por mudanças significativas na estrutura produtiva com a entrada no país de indústrias estrangeiras de alimentos, insumos e equipamentos modernos, os quais eram beneficiados pelas políticas de modernização do setor mediante o financiamento da compra dos elementos produtivos. Tais processos geraram a criação de complexos

rurais e agroindustriais e um conjunto de políticas de desenvolvimento agrícola imprescindíveis para a *revolução verde* na década seguinte.

O contexto político, socioeconômico e edafo-climático que orientou a elaboração de todas estas políticas públicas foram os mesmos: abismos regionais que separavam o Centro-Sul e o Norte-Nordeste, concentração de terras e renda, a miséria no campo, o êxodo rural e a seca. Algumas políticas têm uma proposta teórica mais aproximada da reestruturação fundiária como o Proterra<sup>7</sup> e o Projeto Sertanejo<sup>8</sup>, outros fortalecem a irrigação como o Polonordeste<sup>9</sup>, Provárzeas<sup>10</sup> e projeto Nordeste<sup>11</sup>. Contudo, todos foram importantes canais de recursos para a chamada *indústria da seca*.

Otávio Ianni (1989, p.74) apresenta outras motivações para a implementação destas políticas quando trata das diferenças regionais brasileiras e do abismo que as separam. Diz que eles são resultantes das condições geradas pela divisão do trabalho no âmbito nacional, pois, “na totalidade que é o sistema nacional, a heterogeneidade dos níveis econômico, sociopolítico e cultural não podem ser tomadas senão como desigualdades concretas integradas”.

Considerando todas as informações acima, partimos para o trabalho de campo a fim de identificar registros referentes aos impactos destas políticas na região estudada. Mesmo considerando que seus impactos foram diferenciados do Centro-Sul, lá não encontramos complexos rurais e nem muito menos agroindustriais, mas uma significativa alteração da paisagem agrária, marcada pela devastação da mata nativa e a expansão da bovinocultura ultra-extensiva.

Estas políticas também ajudaram a fundar colônias de trabalhadores rurais que mais tarde se transformaram em povoados rurais e, posteriormente, cidades.

### **A etapa atual da história da luta pela terra no Nordeste do Brasil.**

Os movimentos sociais contemporâneos que atuam no campo brasileiro são originários de dois processos historicamente determinados: 1. Das difíceis condições socioeconômicas desenhadas pelo metabolismo do capital no campo, engendradas a partir das políticas de modernização agrícola e, 2. Da articulação entre as diversas forças políticas preocupadas em promover a organização dos trabalhadores para

enfrentar as imposições do capital, tendo apoio na ala progressista da Igreja Católica (seguidores da Teologia da Libertação/CEB's/CPT), nos partidos políticos (Partido Comunista) e nos sindicatos rurais<sup>12</sup>.

Entre os movimentos de maior destaque, ressalta-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST como destaca José de Souza Martins.

É fora de dúvida que CPT e MST foram as principais organizações responsáveis pela inclusão da questão agrária na agenda política do Estado brasileiro, já não mais como problema residual, episódico e menor, como fora desde a aprovação do Estatuto da Terra, em 1965. Mas, como rotineiro problema social de urgência. (MARTINS, 2000, p.20-21).

Para se compreender a origem do MST é preciso se fazer um resgate da história da Comissão Pastoral da Terra – CPT. Criada em 1975 pela ala progressista da Igreja Católica, a luz dos ensinamentos da Teologia da Libertação, esta entidade organizou as Comunidades Eclesiais de Base, “os espaços de socialização políticas, de libertação e organização popular” daquela época (FERNANDES, 2001, p. 44).

Fernandes também destaca que diversos religiosos (bispos, padres, freiras, religiosos leigos) assumiram as lutas camponesas pela terra e pela reforma agrária denunciando as políticas e os projetos dos governos militares a serviço do grande capital, mediante um projeto identificado como modernização conservadora.

No início dos anos oitenta também já existiam muitos trabalhadores mobilizados pelos diversos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – STR espalhados pelo Brasil, herança das ligas camponesas. Juntamente com a CPT realizavam ocupações de terra e mobilizações políticas de protesto contra a ditadura e as desigualdades sociais. Se por um lado o primeiro era limitado pela formalidade do sindicato, de outro, a CPT era subordinada a uma instituição religiosa controlada por forças internas contrárias a luta pela terra. O debate em torno destes condicionantes subjetivos da luta pela terra levou à realização do primeiro Encontro Nacional dos Sem Terra, em 1984 no Paraná. Ao final deste foi criado o MST.

Esse encontro contou com a participação de representações de 12 (doze) estados da federação, de vários Sindicatos de Trabalhadores Rurais, da Central Única dos Trabalhadores - CUT, Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA, a CPT, Pastoral Operária e Conselho Indígena, reunindo 100 pessoas.

No ano seguinte, em janeiro de 1985, o MST reuniu 1.500 trabalhadores com representações de 23 estados. Na oportunidade lançou o documento *Assassinatos no Campo: crime e impunidade (1964/1985)*, mostrando que apenas nos últimos três anos tinham sido assassinados 277 trabalhadores, com destaque para a região do Bico do Paraguaio (Pará, Goiás e pré-Amazônia maranhense), bem como se reafirmou as diretrizes políticas deste movimento.

Ainda em 1985, em plena vigência do I PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) e durante o governo Sarney, jovens militantes sulistas se transferiram para o Nordeste com o intuito de garantir a expansão territorial do MST. O trabalho foi iniciado na Bahia, em Sergipe e Alagoas, onde se instalou a primeira secretaria do MST no Nordeste. O objeto era mobilizar os trabalhadores rurais e uma base de apoio para a organização deste movimento na região.

O Nordeste já vivenciava o ápice da territorialização da expansão capitalista no mundo rural via construção de projetos Hidroagrícolas (a exemplo do Jaguaribe-Apodi no Ceará, o Petrolina-Juazeiro entre a Bahia e Pernambuco e, mais tarde, o Califórnia em Sergipe), de Usinas Hidroelétricas (Paulo Afonso, Itaparica e de Xingó), bem como a expansão dos grandes empreendimentos privados.

No âmbito nacional, o cenário era o da abertura política permitindo uma melhor visualização dos impactos da política de desenvolvimento agropecuário impostas pelo regime militar forjando o avanço da mecanização agrícola, a integração indústria-agricultura e o aumento das disparidades regionais.

Entretanto, dialeticamente, os processos políticos brasileiros à época conduziram muitos trabalhadores rurais ao êxodo rural e outros a um processo de mobilização para massificar suas formas de organização, como o MST, fixando-os no campo.

A metodologia de trabalho usada pelo MST foi aquela aprendida com a CPT, ou seja, a mobilização dos trabalhadores para fazer ocupações de terras. Isto significa forjar o conflito para forçar as autoridades governamentais a olhar os problemas cotidianos dos sem terra. A ocupação é um ato político contundente que tem historicamente forçado o governo a dar uma resposta aos reclames populares, pois, *só houve desapropriação quando houve ocupação* (STEDILE, apud COMPARATO, 2003, p. 26).

Para Fernandes a ocupação de terras é

Uma ação que inaugura uma dimensão do espaço de socialização política: o espaço de luta e resistência. Esse espaço construído pelos trabalhadores rurais é o lugar da experiência e da formação de novos sujeitos. (FERNANDES, 1998, p. 25 ).

A luta e resistência tornam-se ainda mais significativa do ponto de vista de quem vive a experiência tendo, para estes, significados que muitas vezes os pesquisadores não conseguem captar.

Para a maioria dos acampados o período do acampamento é de intenso desgaste acompanhado de esperança e satisfação. O desgaste está presente no deslocamento semanal para o acampamento, o que exige um investimento que altera sua rotina de vida. Mas, há uma recompensa que vem na nova sociabilidade, na aprendizagem (salas de Educação de Jovens e Adultos – EJA e nos estudos de formação política), nas noites culturais (festas), culminando com a conquista da terra. Para outros, cujo barraco no acampamento é sua moradia, outras questões devem ser acrescentadas. Eles vivem coletivamente os conflitos e as condições materiais de vida, pautadas pela dificuldade no acesso a água, à luz elétrica, ao saneamento básico, pela insegurança e pela dependência da cesta básica que muitas vezes não chega e sempre é insuficiente. Contudo, o acampamento é também uma oportunidade de não viver a violência das zonas urbanas, a humilhação nas praças públicas nas cidades no campo e na vida de pedinte ou, a subjugação no interior das fazendas.

Por isso e com isso, o acampamento é também um espaço de aprendizagem cultural e política de uma nova forma de viver em sociedade.

Todavia, a territorialização da luta pela reforma agrária ou a fração do território conquistado pelo assentado ainda não representou mudança significativa na estrutura fundiária, mas possibilitou melhorias para as famílias assentadas e a ocupação de históricos vazios demográficos outrora considerados com zona de caatinga degradada.

Para se entender as transformações estruturais no Sertão Nordeste, além da abordagem materialista-histórica, pretensão do corpo deste artigo, é importante levantar seus processos e movimentos dialéticos, contraditórios.

No decorrer da sua história, ao passo em que destruiu a vida silvícola indígena, o modo de produção capitalismo organizou a atividade agropecuária comercial (escravos, cana-de-açúcar, algodão, gado e de terras), expandiu a produção para o auto-consumo

(como nos vales e planícies sertanejas) pautado na propriedade fundiária e constituiu classes sociais distintas no bojo de uma nova sociedade de base agrária.

Esta é uma herança que até hoje está no alicerce, na estrutura desta sociedade.

O entendimento de tal situação remete a compreensão da dinâmica capitalista. Ao constituir fazendas criadoras de gado no sertão nordestino, o sistema separou os possuidores de dinheiro e dos meios de produção dos trabalhadores donos da força de trabalho, constituindo uma economia monetária, alimentada em momentos posteriores pelo mercado do algodão, pela indústria da seca, pelo voto de cabresto, pelo coronelismo. Esta foi a condição fundamental para que a produção sertaneja se tornasse capitalista, inserida na lógica hegemônica do mercado mundial.

Tais transformações criaram as condições objetivas e estruturais para a formação do mercado interno de mercadorias, entre elas a mão-de-obra, fazendo surgir os operários agrícolas e não-agrícolas, concentrando atividades comerciais em centros de comando, engendrando uma sociedade rural e a urbana e, intensificando a mobilidade da força de trabalho em um processo de desenvolvimento capitalista que não se deu de forma homogênea no espaço, mas gerou desigualdades socioespaciais que lhes são inerentes.

A introdução e expansão seletiva da economia comercial em áreas de agricultura de subsistência foi sempre uma tendência geral do sistema capitalista gerando mudanças contínuas provocadas pelos movimentos gerais de capitais e de mão-de-obra que, por sua vez, geram outros movimentos: àqueles que possibilitam a expansão dos serviços, da construção civil, da pesquisas agronômicas e do desenvolvimento tecnológico, associados às suas devidas estruturas (centros comerciais e urbanos, escolas, centros de pesquisa, universidades, empresas).

Contudo, ao ser um processo seletivo é também excludente em termos de tempo, de espaço e de mão-de-obra (classes sociais), alterou consideravelmente a dinâmica local, regional e nacional em níveis distintos.

Este processo seletivo e excludente seguiu (re)estruturando processos produtivos (modernizando-os ou deixando-os a margens da política de modernização) e transformando coisas em mercadorias (homem, alimentos, terra). Tal ação não se fez na simples comercialização, mas envolveu a implantação do capital fixo e variável, materializando a penetração do capital no campo.

A implantação do capital fixo se fez mediante a construção de infra-estrutura coletiva (trabalho morto - sistemas de irrigação, estradas, de infovias, redes de comunicação, transporte e de abastecimento d'água, etc) e equipamentos produtivos que criam ou renovam os meios de produção. A expansão dos investimentos em capital variável aplicado na esfera da produção, da distribuição ou da comercialização, incrementou a mobilidade da força de trabalho e dos fluxos de capitais dando continuidade ao reordenamento territorial rural que segue até os dias atuais.

Aprendeu-se com Santos (2003) que a combinação destes dois fatores (capital fixo e variável) construiu as bases para a diferenciação espacial das zonas agrícolas, gerando as disparidades socioespaciais internas.

Considerando os processos históricos de formação socioterritorial, de implantação das infra-estruturas e de controle dos territórios, o sertão nordestino possui, no mínimo, três espaços rurais distintos ou diferentes zonas produtivas:

1. Área de agricultura moderna, palco da territorialização de grupos econômicos nacionais e transnacionais. Ocupando as melhores terras nordestinas, nas várzeas irrigáveis dos rios São Francisco, Parnaíba, Jaguaribe e Apodi (áreas que outrora foram estruturadas para serem projetos de irrigação a serviço de pequenos produtores), estas unidades de produção ali existentes são caracterizadas pelo uso de tecnologias avançadas quanto ao manejo do solo, das culturas e da irrigação, priorizando a fruticultura de exportação. No seu entorno surgem núcleos urbanos com uma ampla e pobre periferia que congrega a classe trabalhadora excluída e expulsa do campo, analfabeta ou pouco escolarizada vivendo em situação de risco e com o mínimo de infra-estrutura social básica;
2. Ainda nas várzeas irrigáveis dos rios São Francisco, Parnaíba, Jaguaribe e Apodi, dividindo o espaço no entorno dos latifúndios quase sempre improdutivos e com a grande empresa agrícola, encontram-se médias propriedades e assentamentos rurais de reforma agrária que desenvolvem a agropecuária semi-extensiva e diversificada, mesclando produção para o auto-consumo e comercial, ensaiando pequenas e médias irrigações, porém, sem condições efetivas de participar de competir no mercado nacional ou internacional;
3. Áreas de sequeiro, espaços que compreendem o restante da região, encontram-se os produtores de milho, feijão, abóbora, o suporte forrageiro (capim, palma,

silagem) e de criação de gado. Espacializados nas bacias leiteiras da região Nordeste, nestas áreas acham-se a maior parte dos assentamentos rurais de reforma agrária e as pequenas unidades de produção independentes. Em condições extremamente limitadas para garantir a soberania alimentar, as famílias produtoras combinam a produção de subsistência com a comercialização do excedente em período de bom inverno. Para garantir o sustento familiar, muitos pais e jovens do sexo masculino migram para os centros de agricultura moderna a procura de postos de trabalho em época de colheita. Todavia, muitos são aqueles que resistem às dificuldades e seguem sobrevivendo com verbas governamentais federais como bolsa família que, a exemplo de Alagoas, injeta mais recursos financeiros na economia do que o moderno setor canavieiro (Fonte: Radioagência Notícias do Planalto, 11/11/2008).

É interessante destacar que em todas as áreas agrícolas modernas é possível identificar a coexistência do trabalho contratado (empregado rural)/mão-de-obra familiar, agricultura mecanizada/adoção do modelo tecnológico tradicional e, tentando romper a lógica hegemônica da exclusão capitalista, a territorialização dos movimentos sociais do campo. Pois, na última década aumentou as ocupações de terras e o estabelecimento de assentamentos rurais no entorno das empresas rurais fruticultoras em Limoeiro do Norte/CE, Apodi/RN, Petrolina/PE, Juazeiro/BA, bem como em todo o vale do rio São Francisco.

A coexistência de situação tão díspares faz parte do movimento combinado e contraditório capitalista, refletindo os diferentes níveis de tecnológicos empregados, o acesso a créditos rurais, o grau de escolaridade dos proprietários fundiários, a capacitação técnica dos trabalhadores rurais que, ora visa a modernização produtiva, ora a simples subsistência ou faz a articulação dos dois. Neste contexto é possível concluir que, até os diferentes objetivos reservados aos processos produtivos são impostos pelas disparidades socioeconômicas. Mas, acima de tudo, refletem as contradições inerentes ao desenvolvimento do modo de produção capitalista.

## **Notas**

---

<sup>1</sup> Este artigo é um fragmento adaptado da tese de doutorado *As transformações socioterritoriais e o espaço rural do Alto Sertão Sergipano*, defendida junto ao NPGEO/UFS (Abril/2007), orientada pelo prof<sup>o</sup> Dr. José Borzacchiello da Silva e financiada pela CAPES. Que registrem-se os devidos agradecimentos.

<sup>2</sup> André João Antonil é um autor freqüentemente referendado por Guimarães; Gorender; Smith e muitos historiadores. O seu texto clássico tem o título de **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte, Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil).

<sup>3</sup> Seu objetivo nesta passagem, bem como em todo o texto é mostrar que a sociedade brasileira não viveu uma época feudal ou semi-feudal.

<sup>4</sup> Para alguns estudiosos como Ciro Flamarion Cardoso, Jacobo Gorender e Roberto Smith, o que existia no Brasil do século XVII era a produção colonial-escravista ou produção escravista-colonial, pois consideram que o capitalismo no Brasil só começa a se configurar a partir de 1850 com a lei de terras (institucionalização da propriedade privada), se consolidando com a abolição da escravidão (definição do trabalho “livre”) e o processo de industrialização (intensificação da mobilidade do capital), sendo acelerado a partir de 1930 (SMITH, 1990 e STEDILE, 2005).

<sup>5</sup> Sobre tal assunto ler: Figueira, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004 e CPT – Comissão Pastoral da Terra. *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. São Paulo, Ed. Loyola, 1999.

<sup>6</sup> É com esta referência política que, na segunda década do século XX, o governador sergipano Graccho Cardoso iniciou uma política de incentivos a modernização da cultura, criando o Departamento do Algodão e com ele as estações experimentais, os centros de divulgação tecnológica e implementando uma política de incentivo ao crédito. Contudo, o pequeno produtor não conseguiu concorrer nos mercados internacionais e nacionais, entrando a cultura do algodão num lento processo de decadência.

<sup>7</sup> O Programa de Redistribuição Fundiária e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste, criado em 1971;

<sup>8</sup> Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida no Nordeste, fundamentado no PDRI;

<sup>9</sup> Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas no Nordeste, projeto setorial do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado – PDRI;

<sup>10</sup> Programa Nacional de Aproveitamento das Várzeas Irrigáveis;

<sup>11</sup> Programa de Desenvolvimento do Nordeste;

<sup>12</sup> Não se desconsidera aqui as históricas contribuições políticas e pedagógicas dos movimentos messiânicos que podem ser lidas em Martins, 1981; Oliveira, 2001, do cangaço (ARAÚJO SÁ, 2003) e das Ligas Camponesas (STÉDILE, 2002).

## Referências

ANDRADE, MANOEL Correa de. **A terra e o homem no Nordeste**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

BURSZTYN, Marcel. **Os donos do poder – Planejamento e clientelismo no Nordeste**. Petrópolis: Vozes, 1984. 178 p.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. **O Nordeste e o regime autoritário**. São Paulo: Hucitec, 1987.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

COMPARATO, Bruno Konder. **A ação política do MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Cadernos de Formação do MST**. São Paulo: 1998.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 255 p.

HARVEY, David. **Los límites del capitalismo y a teoria marxista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

IANNI, Otávio. **Estado e capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia – o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LIMA, Silvana L. da S. **As políticas públicas e a modernização agrícola do Baixo Jaguaribe – Ceará**. Fortaleza: 2000. 170 f. Dissertação( Mestrado Acadêmico em Geografia)- Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza,2000.

\_\_\_\_\_. **As transformações sócio-territoriais e o Alto Sertão Sergipano**. São Cristóvão: 2007. 225 f. Tese (Doutorado em Geografia)– Núcleo de Pós-Graduação em Geografia – NPGeo/UFS, Aracaju, 2007.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária e os limites da democracia na “nova república”**. São Paulo: HUCITEC, 1986.

\_\_\_\_\_. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: EDUSP,, 2000.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros escritos**. Seleção de textos de José Arthur Giannotti. Tradução de José Carlos Bruni et al.. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Coleção Os Pensadores).

\_\_\_\_\_. **Introdução à crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (escrito entre 1857-58)(Coleção os Pensadores).

\_\_\_\_\_. **O Capital - crítica da economia política**. v.1, L.I. Tradução de Reinaldo Sant’Anna).Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. **O Capital - crítica da economia política: O processo global da produção capitalista**. v.3, L.III. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MENDONÇA, Sônia. Estado e exclusão social no Brasil agrário. **À Margem**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 12-23, 1993.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **As transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. São Paulo: FFLCH/USP, 1998. (Prova de erudição apresentada para o concurso de cargo de Professor Titular junto ao Departamento de Geografia da USP).

\_\_\_\_\_. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.p.63-110 (Caminhos da Geografia).

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

\_\_\_\_\_. **Crítica à razão dualista – o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003a.

PAULINO, Francisco Souto. **Nordeste – poder e subdesenvolvimento sustentado, discurso e prática**. Fortaleza: EDFUC, 1992.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas**. Tradução de M<sup>a</sup> Irene de Q. F. Szamarecsányi. 2.ed.. São Paulo, Edusp, 2003. (Coleção Milton Santos).

\_\_\_\_\_. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005. (Coleção Milton Santos).

SMITH, Roberto. **Propriedade da terra & transição**. São Paulo, Brasiliense, 1990.

STÉDILE, João Pedro (Coord.). **A questão agrária no Brasil 2 – o debate na esquerda: 1960-1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.